



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ATA DE REUNIÃO

COMITÊ GESTOR DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - CGEE

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO - 34ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - CGEE

Data da Reunião	Horário	Local	Coordenador da Reunião
19/03/2025	Início: 10:00 / Término: 13:05	Vídeo Conferência	Samira Sana Fernandes de Sousa Carmo

PARTICIPANTES

	Nome	Titular/Suplente/Convidado	Instituição/E-mail
1	Leandro Pereira de Andrade	SUPLENTE DO PRESIDENTE	MME/leandro.andrade@mme.gov.br
2	Samira de Sousa Carmo	TITULAR	MME/samira.sousa@mme.gov.br
3	Alexandra Albuquerque Maciel	SUPLENTE	MME/alexandra.maciell@mme.gov.br
4	Juliana Godoy Alves Tadeu	TITULAR	ENBPAR/juliana.tadeu@enbpar.gov.br
5	George Alves soares	SUPLENTE	ENBPAR/george.soares@enbpar.gov.br
5	Eduardo Soriano Lousada	SUPLENTE	MCTI/esoriano@mcti.gov.br
6	Paulo Luciano de Carvalho	TITULAR	ANEEL/paulol@aneel.gov.br
7	Victor Hugo Locca	SUPLENTE	ABRACE/victor@abrace.org.br
8	João Magno de Moura	CONVIDADO	ENBPAR/joao.moura@enbpar.gov.br
9	Lucas Malheiros	TITULAR	ABRADEE/lucas@abradee.gov
10	Alexandre de Sousa Rodrigues	CONVIDADO	ENBPAR/alexandre.reis@enbpar.gov.br
12	Lindemberg Reis	SUPLENTE	ABRADEE/lreis@abradee.org
13	William Medeiros	CONVIDADO	MME/william.medeiros@mme.gov.br
14	Douglas Caldas da Silva	CONVIDADO	ANEEL/douglassilva@aneel.gov.br
15	Tassia de Melo Arraes	CONVIDADA	MCTI/tassia.arraes@mcti.gov.br
17	Marcelo Luiz Braga Maia	CONVIDADO	ENBPAR/marcelo.maia@enbpar.gov.br
18	Jairo Coura	CONVIDADO	MCTI/jairo.coura@mcti.gov.br
19	Carlos Eduardo Barreira Firmeza	CONVIDADO	ANEEL/firmeza@aneel.gov.br
20	Leonardo Gaspar Barreto	CONVIDADO	ENBPAR/leonardo.barreto@enbpar.gov.br

PAUTA

Assunto
a) Aprovação da ata da 33ª reunião CGEE;
b) Apresentação do andamento da implementação dos projetos;
c) Deliberação sobre solicitações à Secretaria Executiva do Procel;
d) Deliberações sobre projetos específicos;
e) Deliberação sobre quais as possibilidades de aplicação dos recursos da rubrica de apoio técnico aos Comitês (CGIEE, CGEE, GCCE);
f) Deliberação sobre quais as possibilidades de aplicação dos recursos da rubrica de cooperação internacional;
g) Deliberação sobre proposta de distribuição dos recursos excedentes recolhidos para o 5º PAR Procel;
h) Deliberação sobre calendário de reuniões do CGEE para 2025.

DISCUSSÕES/DECISÕES

- O suplente do presidente, Sr. Leandro Pereira de Andrade, introduziu a reunião apresentando o cronograma enviado anteriormente aos participantes.

a) Aprovação da Ata da 33ª reunião do CGEE

- O Sr. Diretor Leandro Pereira de Andrade, do MME, submeteu a ata da 33ª Reunião do CGEE à aprovação dos presentes e, não havendo manifestações contrárias, a ata foi aprovada por todos.

b) Apresentação do andamento da implementação dos projetos do PROCEL

- A representante do Procel/ENBPAR, Juliana Tadeu, apresentou os dados do PROCEL, discorrendo sobre volumetria, recursos, contratos, convênio, Selo Procel e também apresentou um *dashboard* (disponível publicamente) onde há informações sobre todo o programa. Expôs a situação atual da 3ª Chamada Pública do Procel Reluz e discorreu detalhadamente sobre os projetos do Procel Edifica, Procel Indústria e Procel Estruturante. Apresentou as celebrações de projetos ocorridas em 2024 como: "DEO-PROCEL" e "PBE Edifica" e informou sobre as chamadas públicas previstas, onde destacou as chamadas abertas, como a "Chamada Pública Energia Zero" e a "Chamada Pública Eficiência Energética em Sistemas de Ar Comprimido em Indústrias". Também destacou algumas chamadas em estruturação, como a "4ª Chamada Pública Procel Reluz" e o Concurso "Casa Genial." O Sr. George Soares, do Procel/ENBPar. complementou a apresentação, destacando as novas celebrações de projetos pelo Procel, com 21 projetos em andamento, detalhando-os por: área; ciclo PAR Procel; instrumento jurídico e valor do projeto.
- O Sr. Paulo Luciano de Carvalho, da ANEEL, discordou sobre projeto da área estruturante "Concurso de Inovação para Soluções em Eficiência Energética - Fase II - SENAI RJ", aprovado para ser implementado por meio de convênio PD&I, e defendeu que o projeto deveria ser desenvolvido no âmbito do programa de PD&I regulado pela ANEEL, ou por meio de programa ou projeto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. Argumentou que pesquisa e desenvolvimento não devem ser o foco do PROCEL.
- A Sra. Samira Sana, do MME, explicou que esse projeto é a fase 2 de projeto do 3º PAR,

esclarecendo que se tratava de um concurso de inovação, para desenvolvimento de ideias e tecnologias relacionadas a eficiência energética. Explicou que o referido projeto não compete com os trabalhos de PD&I realizados pela ANEEL e outros colegiados, uma vez que apoia o fim da cadeia de inovação, com recursos para efetivação de tecnologias já desenvolvidas. A Sra. Juliana Tadeu, do Procel/ENBPar, complementou que o referido projeto estava em uma fase não de prototipagem, que é típica da área de PD&I, mas já em uma fase de teste para multiplicação no mercado. Lembrou que seria utilizada a mesma metodologia utilizada no projeto do 3º PAR, aprovado também pelo CGEE, o projeto Procel LAB 1.0. O Sr. George Soares, do Procel/ENBPar, discorreu que a meção a "PD&I", não necessariamente trata de etapas clássicas relacionadas a Pesquisa e Desenvolvimento mas, nesse caso, tratar-se-ia sobre Inovação, que seria exatamente o caso do "Concurso de Inovação para Soluções em Eficiência Energética - Fase II - SENAI RJ", e que o o Procel tem como princípio não aprovar projetos de pesquisa básica. Segue a apresentação demonstrando contratações de infraestrutura, eventos realizados em 2024 e lançamentos do Procel.

- O Sr. Paulo Luciano de Carvalho, representante da Aneel, manteve sua dúvida sobre investir 30 milhões no convênio com o SENAI, em uma possível atividade de pesquisa e desenvolvimento, e reiterou que entendia que esse projeto não condizia com as atribuições do Procel. O Sr. Eduardo Soriano Lousada, representante do MCTI, concordou com o Sr. Paulo Luciano, expressando que o termo ideal não seria "PD&I", pois o projeto teria sido aprovado pelo seu caráter de inovação e extensão tecnológica para indústria.
- **Como encaminhamento**, o Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, solicitou ao Procel/ENBPar que enviasse esclarecimentos aos membros do CGEE sobre o projeto "Concurso de Inovação para Soluções em Eficiência Energética - Fase II - SENAI RJ", e que, se fosse pertinente, seria discutido como pauta novamente em outra reunião. Solicitou também que, nas próximas reuniões, o material da apresentação seja compartilhado com antecedência com os participantes.
- O Sr. Paulo Luciano de Carvalho, da Aneel, destacou que sentiu falta de dados mais detalhados sobre as movimentações financeiras do Procel, como, por exemplo, o resumo de cada PAR. Destacou que seria importante deixar transparente o que está sendo utilizado dos recursos e o que não está. Por último, solicitou que fosse feito um resumo dessas movimentações pela ENBPar sobre cada PAR/ Procel e suas movimentações financeiras, pois a pesquisa pode ser feita de forma equivocada nos BI's.
- Sr. George Soares, do Procel/ENBPar, esclareceu que todas as informações solicitadas estavam transparentes e disponíveis nos BI's do Procel, de forma pública. A Sra. Juliana Tadeu informou que há Power BI's específicos sobre as movimentações financeiras, mas que podem fazer o resumo solicitado.
- **Como encaminhamento**, o Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, formalizou solicitação à Secretaria Executiva do Procel para o aprimoramento da transparência e da disponibilização de informações sobre as movimentações financeiras do Procel. Também solicitou que os membros do CGEE colaborassem com os esforços para divulgação das chamadas públicas aos públicos-alvo, e explicou que seria importante ter acesso a um melhor detalhamento das datas e cronogramas das chamadas públicas, tanto as abertas, quanto as que estão em preparação. O Sr. Lindemberg Reis, representante da Abradee, solicitou que fosse compartilhado um calendário detalhado sobre as Chamadas Públicas, com pontos de atenção para a atuação do CGEE ao longo do ano. A Sra. Juliana Tadeu, do Procel/ENBPar, sugeriu a criação de grupos de redes sociais para acelerar a chegada da informação, e apontou que, sobre as chamadas públicas, a Secretaria-Executiva do Procel poderia consolidar todas as informações em uma arte para envio aos participantes.

c) Deliberação de Solicitações à Secretaria Executiva do Procel

- A Sra. Samira Sana, do MME, questionou aos membros se alguém se opunha às duas solicitações feitas à Secretaria Executiva do Procel:
 - Levantamento da situação dos projetos ainda não contratados de PAR anteriores e do PAR vigente e previsão de cronograma de implementação, justificando os critérios adotados para priorização, para avaliação pelo CGEE; e
 - Elaboração de proposta de sistemática de monitoramento dos projetos para o CGEE e

proposta de forma de ampla divulgação permanente do andamento dos projetos para o público geral.

A deliberação foi aprovada por todos os membros.

d) Deliberação sobre projetos específicos

- Realizar conjuntamente a 4ª e a 5ª Chamadas Públicas do Procel Reluz:

- O Sr. Paulo Luciano de Carvalho, da Aneel, questionou como seria feita a prestação de contas, dado que uma única chamada estaria juntando recursos do 4º e do 5º PAR.
- A Sra. Juliana Tadeu, do Procel/ENBPar, explicou que seriam separados os valores de acordo com o respectivo PAR. Esclareceu que o chamamento de projetos seria feito no mesmo processo, mas a aplicação dos recursos não se misturaria. A realização conjunta seria mais uma questão de otimização. O Sr. Alexandre Reis, gerente do Procel/ENBPar, explicou que o 4º PAR já foi aprovado e que já foi concluída a respectiva prestação de contas, tendo sido o recurso destinado à Chamada Pública Procel Reluz provisionado para tal. A sugestão seria apenas de que os recursos do 4º e do 5º PAR pudessem ser aplicados por meio de uma chamada pública única, e lembrou que a última Chamada Pública Procel Reluz havia sido realizada em 2021, antes da capitalização da Eletrobras, estando o mercado com grandes expectativas para a nova Chamada. O Sr. George Soares, do Procel/ENBPar, explicou que a diferenciação contábil dos recursos seria simples de ser realizada.
- **Como encaminhamento**, o Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, solicitou ao Procel/ENBPar o envio da apresentação do edital da Chamada Pública Procel Reluz via e-mail, pois a próxima reunião ocorreria somente em junho, e a Chamada Pública estaria prevista para maio.
- O Sr. Paulo Luciano de Carvalho, da Aneel, discordou do método usado, dizendo que poderiam surgir problemas decorrentes da junção dos recursos do 4º e do 5º PAR. Discorreu sobre o que dizia a lei, de fazer os PARs separadamente, com suas respectivas prestações de contas. Recordou ainda que, ao prestar contas de um PAR, o que não fosse utilizado do recurso seria utilizado para o PAR seguinte. Citou que havia cinco PARs em andamento, e que poderia ficar confuso juntar as duas chamadas, pois a prestação de contas poderia ficar confusa.
- A Sra. Juliana Tadeu, do Procel/ENBPar, explicou que a prestação de contas seria feita de modo a que fossem prestadas contas daquele PAR específico, mas que as prestações de contas de cada ciclo também incluem o que foi gasto nos PARs anteriores. A Sra. Samira Sana, do MME, complementou, lembrando que o PAR Procel havia sido pensado para ser executado plurianualmente, uma vez que a execução dos projetos não poderiam ficar restritas ao término da vigência de cada PAR. Explicou que a sobreposição é natural, e que as prestações de contas de cada ciclo sempre haviam sido feitas sobre os empenhos atuais e anteriores.
- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, destacou que era importante a aprovação da deliberação ainda na reunião, para que o Procel concluísse o edital até a previsão, que era maio. Observou que a preocupação era legítima, e que, se necessário, poderia ocorrer uma reunião específica para debater o assunto.
- O Sr. Douglas Caldas da Silva, da Aneel, perguntou se havia um regulamento para o processo de seleção e aprovação dos projetos, para melhor compreensão e entendimento das propostas e projetos. Defendeu que o regulamento era importante para evitar subjetividade e possíveis discussões. A Sra. Samira Sana, do MME, esclareceu que ainda não há regulamento, mas que todas as atas de reuniões e relatórios do PAR podem ajudar nessa compreensão. Esclareceu que foram estabelecidos critérios claros desde o processo de elaboração do 2º PAR Procel, conforme é possível verificar em seu relatório. A Sra. Juliana Tadeu, do Procel/ENBPar, explicou que já há um planejamento estratégico, e que há várias apresentações feitas pelo Procel/ENBPar detalhando os critérios utilizados pelo Procel.
- **Como encaminhamento**, o Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, solicitou o envio ao Comitê das apresentações com os critérios utilizados no processo de elaboração do PAR Procel e também do edital que estava sendo trabalhado para a chamada pública conjunta do Procel Reluz. Chamou a atenção para o fato de que é importante deliberar sobre essa questão com urgência para que o

Procel/ENBPar possa encaminhar o processo.

- O Sr. Paulo Luciano de Carvalho, da ANEEL, destacou que é contra a realização conjunta das chamadas, pelos motivos que apresentara anteriormente, e destacou sua preocupação principalmente quanto aos órgãos de controle. Explicou que seria melhor refletir mais nas opções. O Sr. Eduardo Soriano, do MCTI, explicou que preferia se abster da decisão, e sugeriu que fosse concedido um pouco mais de tempo para a análise dos participantes. A Sra. Juliana Tadeu, do Procel/ENBPar, propôs uma reunião o quanto antes para destacar os critérios e as explicações das motivações para se realizar a chamada de forma conjunta, e trazer os benefícios da viabilização. O Sr. Eduardo Soriano, do MCTI, explicou como era feito o processo no MCTI, quando há chamadas com objetivos muito semelhantes, e sugeriu que a experiência fosse utilizada como referência.
- **Como encaminhamento**, o Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, retirou o ponto de pauta e agendou uma reunião extraordinária para o dia 28 de março de 2025. Todos os membros concordaram com o encaminhamento.

- Alterar atividades planejadas e metas do Projeto "Apoio à implementação da metodologia ZUPT":

- O Sr. George Soares, do Procel/ENBPar, explicou que seriam alteradas algumas atividades planejadas, especialmente no referente à modalidade de realização do curso de capacitação, que estava previsto para ser realizado de forma presencial, alterando-o para ser realizado de forma virtual (online). Explicou que, com a alteração, abriria-se a possibilidade de se aumentar as metas físicas, utilizando os recursos para realizar a entrega de dois mil exemplares de publicações para as escolas e aumentando o número de escolas a serem capacitadas. Explicou que a proposta não alterava a quantidade de recursos do destinados ao projeto. A Sra. Samira Sana, do MME, complementou que este era um projeto do 5º PAR que visava apoiar a implementação da metodologia que fora desenvolvida em projeto anterior, no âmbito do 2º PAR Procel. O Sr. George Soares, do Procel/ENBPar, explicou que o projeto anterior tratou da atualização da metodologia "Natureza da Paisagem", que era aplicada para o ensino de temáticas relacionadas à eficiência energética e à conservação de energia para estudantes do ensino infantil e fundamental I. A nova metodologia desenvolvida, denominada ZUPT, a Energia da Vida, fora então desenvolvida, tendo sido criada uma plataforma online para apoio às intuições que implementam as atividades (distribuidoras de energia elétrica, escolas, etc). Assim, o novo projeto, aprovado no 5º PAR, previa que, durante dois anos, a empresa que desenvolveu o projeto daria apoio e consultoria às concessionárias para implementação da nova metodologia. Esclareceu que o projeto aprovado no 5º PAR não estava sendo modificado em seu objetivo, mas apenas estavam sendo propostos ajustes relativos às metas físicas propostas.
- O Sr. Lucas Malheiros, da Abradee, questionou sobre mudança de orçamento, pois 20 kits por curso se tornaram 200 kits e sr. Lindemberg Reis/ABRADEE: questiona sobre o ônus antes usado no curso presencial, que pertencia à empresas contratadas agora vai aos membros das empresas de energia.
- O Sr. George Soares, do Procel/ENBPar, explicou que não haveria mudanças, pois os kits apenas seriam distribuídos de outra forma, e que a implementação seria sempre das concessionárias, enquanto a empresa contratada apenas prestaria apoio técnico. A Sra. Samira Sana, do MME, acrescentou que os cursos de capacitação eram voltados aos colaboradores das concessionárias. O Sr. George Soares, do Procel/ENBPar, garantiu que não haveria prejuízos, mas que o projeto previa o acompanhamento desta implementação, sendo que quaisquer prejuízos seriam reportados ao Comitê.
- O Sr. Lucas Malheiros, da Abradee, destacou que a mudança era importante pois aumentaria o alcance, o que considerava positivo, em não havendo aumento de custo.
- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, submeteu a proposta à deliberação dos presentes e, não havendo manifestações contrárias, a proposta foi aprovada.

- Realocação de projetos nos subprogramas do Procel:

- O Sr. George Soares, do Procel/ENBPar, explicou as realocações propostas, esclarecendo que eram apenas uma questão organizacional, pois alguns projetos faziam mais sentido em outros subprogramas.
- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, submeteu a proposta à deliberação dos presentes e, não havendo manifestações contrárias, a proposta foi aprovada.

e) Deliberação sobre quais as possibilidades de aplicação dos recursos da rubrica de apoio técnico aos Comitês (CGIEE, CGEE, GCCE)

- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, explicou os pontos a serem discutidos, citando os serviços que poderiam ser contratados usando recursos da rubrica de apoio técnico aos Comitês.
- O Sr. Paulo Luciano de Carvalho, da Aneel, manifestou preocupação de que o Procel acabe contratando consultorias de alto valor para desenvolver projetos. Reiterou a importância de todos terem certeza de quais são as atribuições do Procel, e levantou novamente a necessidade de se ter um regimento interno do Programa. Sugeriu a retirada desse ponto de pauta para uma conversa mais ampla posteriormente.
- A Sra. Samira Sana, do MME, recordou o motivo que gerou essa deliberação. Relembrou que, durante o processo de elaboração do 5º PAR, houve discussões sobre a criação de uma nova rubrica específica para dar suporte aos Comitês de Implementação das Políticas de Eficiência Energética, e que essa rubrica foi aprovada por todos os membros do CGEE no momento de aprovação do 5º PAR/Procel. Rememorou que o CGEE optou por ser uma rubrica pelo fato de as demandas de suporte aos comitês poderem vir em tempos diferentes, e, nesse caso, não estariam atreladas necessariamente a um projeto específico, o qual apenas pode ser aprovado no processo de elaboração de um novo PAR. Assim, destacou que o objetivo era que a rubrica fosse destinada para a contratação de consultores e especialistas para apoiar os comitês da governança do Procel e do CGIEE no desenvolvimento de suas atividades. Apontou que não significava que iriam transferir competências de outros colegiados ao Procel, e que o programa só teria a função de apoiar os comitês de forma técnica.
- O Sr. Douglas Silva, da Aneel, apresentou questionamentos sobre quais tipos de projetos poderiam ser executados pelo Procel. Salientou que havia muitas dúvidas sobre a alocação orçamentária, e que era de extrema importância a elaboração de um regulamento interno.
- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, lembrou que a pertinência dessa rubrica foi decidida no momento da discussão do 5º PAR, e que, agora, estavam apenas detalhando-a. Manifestou que concordava com os pontos colocados, mas informou que, no momento, o Procel não possuía o regimento interno, e que as decisões anteriores do Comitê estavam todas registradas nas atas das reuniões realizadas. A Sra. Samira Sana, do MME, esclareceu que o Procel não implementava ações de eficiência energética do mesmo modo que o Programa de Eficiência Energética regulado pela Aneel - PEE ANEEL, e que o Procel havia sido criado para ser um programa mais amplo e mais estratégico, que permitisse a construção de projetos e apoios que não podiam ser implementados por meio do PEE ANEEL.
- O Sr. Paulo Luciano de Carvalho, da ANEEL, solicitou, para maior segurança, a emissão de parecer jurídico sobre esta deliberação e sobre a anterior, de realizar as chamadas públicas Procel Reluz do 4º e do 5º PAR conjuntamente. Pediu a elaboração do regimento interno do programa com urgência, e admitiu que tem dificuldade em entender o que é atribuição do Procel e o que é do MME. O Sr. Eduardo Soriano, do MCTI, manifestou estar de acordo com o posicionamento do Sr. Paulo Luciano, e indicou que uma consulta jurídica seria válida. Questionou se os recursos também financiariam eventos para participação da equipe dos comitês, pois seria importante para disseminar o programa.
- A Sra. Samira Sana, do MME, respondeu que a rubrica proposta não considerava eventos, mas que existia uma outra criada especificamente para isso, além da rubrica de cooperação internacional, que também previa a participação em eventos.
- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, sugeriu retirar a deliberação de pauta até a emissão de parecer jurídico, e a Sra. Samira Sana sugeriu deliberar o ponto e depois validar com o parecer

jurídico. O Sr. Eduardo Soriano, do MCTI, concordou com a proposta da Sra. Samira Sana.

- O Sr. Paulo Luciano de Carvalho, da ANEEL, solicitou um detalhamento dos itens da deliberação, para entender o que estava sendo proposto, e o Sr. Eduardo Soriano, do MCTI, sugeriu que deliberassem a proposta e, na próxima reunião, o MME apresentasse o detalhamento. O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, sugeriu aprovar a deliberação, e o detalhamento viria na próxima reunião extraordinária, em que seria tratada a realização conjunta das Chamadas Públicas do Procel Reluz, sendo que posteriormente seria apresentado o parecer jurídico. O Sr. Lindemberg Reis, da Abradee, não concordou com a ordem das etapas, uma vez que seria deliberada uma matéria que ainda não teria sido especificada. Propôs que o item fosse retirado de pauta e debatido na próxima reunião, e, caso já se tivesse o parecer jurídico, a avaliação seria ainda melhor. O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, esclareceu que o parecer ainda não estaria pronto para a reunião extraordinária, mas concordou em postergar a deliberação para a próxima reunião.
- A Sra. Juliana Tadeu, da ENBPar, sugeriu a apresentação do Plano de Contratações que está sendo elaborado pela ENBPar aos participantes.

f) Deliberação sobre possibilidades de aplicação dos recursos da rubrica de cooperação internacional

- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, apresentou os pontos e explicou o que se enquadraria para aplicação dos recursos da rubrica de cooperação internacional.
- O Sr. Paulo Luciano de Carvalho, da Aneel, comentou sobre o item que diz respeito ao custeio de passagens de servidores públicos, e citou que decisões da Controladoria Geral da União - CGU e do Tribunal de Contas da União - TCU impediam que isso pudesse acontecer. Sugeriu que fosse solicitado um parecer jurídico também para essa deliberação.
- A Sra. Alexandra Maciel, do MME, lembrou que a rubrica de apoio a cooperação internacional havia sido criada anteriormente, e que, desde o princípio, ela havia sido utilizada para apoiar a participação do Brasil nos comitês e cooperações internacionais específicos da temática da eficiência energética. Afirmou que a rubrica já vinha sendo utilizada há anos para o pagamento das taxas de participação do país em programas de colaboração tecnológica da Agência Internacional de Energia, por exemplo, e que o TCU havia tido acesso a todas contas de PAR anteriores, e que não havia sido feito nenhum questionamento da parte do órgão de controle. O Sr. George Soares, da ENBPar, confirmou que o programa já havia passado por uma Auditoria Operacional do TCU, e a Sra. Juliana Tadeu, da ENBPar, também lembrou que o relatório do 5º PAR citou essa rubrica e que, após a Consulta Pública, foi aprovada por todos.
- A Sra. Samira Sana, do MME, complementou informando que o primeiro item ("Pagamento da taxa anual de participação do Brasil no EBC-TCP - cerca de 15 mil libras") já vinha sendo pago desde o início da participação do Brasil como membro, em 2020, com base em parecer jurídico feito pela Consultoria Jurídica do MME. Esclareceu que, no caso de contribuição voluntária do Brasil ao Energy Efficiency Hub, essa ainda não havia sido realizada. Explicou que a ideia era deliberar sobre os tipos de ações e medidas feitas no âmbito da rubrica, e que o detalhamento da forma de implementação seria realizado pelo Procel/ENBPar posteriormente. Afirmou que o Procel, naquele momento, não possuía nenhum acordo de cooperação internacional vigente.
- O Sr. Douglas Caldas da Silva, da Aneel, apontou que era importante o Comitê ter mais informações para ter mais conforto ao aprovar projetos, e o Sr. Paulo Luciano de Carvalho, da Aneel, retomou os itens da deliberação, dizendo que era necessário que fossem avaliados minuciosamente. Citou casos em que a CGU e TCU questionaram o fato de programas custearem diárias e passagens.
- O Sr. George Soares, do Procel/ENBPar, afirmou que, no caso de prestação de contas aos órgãos de controle, seriam os funcionários da ENBPar aqueles que seriam cobrados, pois é a ENBPar a empresa que executa o Programa. Nesse sentido, o Sr. George reforçou que os funcionários do Procel tomam todas as precauções necessárias para seguir todo o ordenamento jurídico. Informou que a empresa possuía ouvidoria, consultoria jurídica e corregedoria para guiar seus processos. A Sra. Samira Sana, do MME, explicou que o Comitê aprovava o mérito e que a viabilidade legal era avaliada pela Secretaria Executiva do Procel, que é a ENBPar.
- O Sr. Lucas Malheiros, da Abradee, sugeriu a aprovação parcial do item. O Sr. Leandro Pereira de

Andrade, do MME, concordou com a aprovação por partes, e reforçou que, pelo debate, seria necessária manifestação jurídica a respeito de alguns dos temas. Relembrou que era necessária agilidade, devido ao prazo de execução do 5º PAR, o que exigirá um grande esforço da equipe. O Sr. Lucas Malheiros, da Abradee, opinou que não havia problema na aprovação da taxa anual de participação do Brasil no EBC-TCP, e sugeriu que, quanto ao segundo e terceiro itens (contribuição voluntária ao Energy Efficiency Hub e custeio de passagens e diárias), como não havia concordância, que seria feita nova análise após emissão de parecer jurídico. Assim, sugeriu aprovar apenas primeiro e quarto itens. O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, questionou se os representantes da Aneel concordavam com a sugestão.

- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, questionou os membros do comitê quanto à aprovação do primeiro e do quarto itens. Não havendo manifestações contrárias, estes itens foram aprovados. O Sr. Leandro informou então que os outros itens ficariam para deliberação posterior.

g) Deliberação sobre proposta de distribuição dos recursos excedentes recolhidos para o 5º PAR Procel:

- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, apresentou a proposta de alocação de recursos excedentes recolhidos do 5º PAR Procel e perguntou aos participantes se possuíam algum questionamento. Pediu aos participantes que estudassem o material das reuniões com antecedência para indicação dos pontos em que não havia concordância, dando agilidade às futuras reuniões.
- A Sra. Samira Sana, do MME, explicou que a proposta era: acrescentar 4 milhões de reais à rubrica de Suporte Técnico aos Comitês; acrescentar 2 milhões de reais à rubrica de Patrocínio ou Promoção de Eventos; e que o restante fosse distribuído entre alguns projetos específicos ("Aprimoramento e disseminação da Plataforma "Projetando Edificações Energeticamente Eficiente - ProjetEEE"; "5ª Chamada Pública Procel Reluz - Iluminação Pública a LED" e "Chamada Pública Capacitação laboratorial para realização de ensaios de refrigeração e eficiência energética para as principais categorias de refrigeradores comerciais no Brasil").
- O Sr. Eduardo Soriano, do MCTI, questionou se seria possível que os laboratórios (como aqueles que devem participar da chamada pública de Capacitação laboratorial para Refrigeradores Comerciais) apoiassem as atividades do Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética - CGIEE, com atividades de apoio à elaboração de normas, sugestões e pareceres. A Sra. Samira Sana, do MME, esclareceu que não é comum fazê-lo, mas que possivelmente algum dispositivo nesse sentido pudesse ser incluído nas próximas chamadas públicas. O Sr. George Soares, do Procel/ENBPar, destacou que o Procel estava impactado com a perda dos laboratórios de eficiência energética do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, uma vez que era uma instituição importante para o suporte técnico de várias atividades relacionadas a políticas e programas de eficiência energética. Perguntou se, para se pedir a contrapartida proposta, não teriam que alterar os projetos aprovados no 5º PAR e alterar editais. O Sr. Eduardo Soriano, do MCTI, sugeriu que, ao contratarem um determinado laboratório, fosse inserida no contrato a cláusula de apoio técnico. Defendeu que não seria necessário que esta indicação constasse nos editais das chamadas públicas.
- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, perguntou se poderiam aprovar a redistribuição dos recursos, com a observação de que, para projetos de chamadas públicas para capacitação laboratorial, fosse analisada a possibilidade de se incluir as sugestões de apoio técnico pelos laboratórios, conforme sugerido.
- O Sr. Lucas Malheiros, da Abradee, perguntou se os recursos que estavam sendo acrescentados seriam de Planos de Aplicação de Recursos anteriores ou do próprio 5º PAR. A Sra. Samira Sana, do MME, explicou que o recurso era o que havia sido recolhido e estava disponível para utilização no 5º PAR, mas que havia excedido o orçamento previsto pelo plano aprovado pelo CGEE. Concordou que a proposta do Sr. Eduardo Soriano era válida, e recomendou que o comitê deliberasse solicitar à Secretaria Executiva do Procel para que avaliasse como proceder para acatar a sugestão.
- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, perguntou se a deliberação da redistribuição de recursos poderia ser aprovada pelos membros. Mencionou que, a depender da discussão sobre a outra rubrica que havia sido tirada de pauta, talvez fosse necessário rediscutir a redistribuição de recursos. A Sra. Samira Sana, do MME, explicou que a qualquer momento pode ser feita nova

distribuição dos recursos excedentes.

- O Sr. Lindemberg Reis, da Abradee, questionou se seria válido utilizar esses recursos para investir no apoio técnico para a regulamentação do Procel. O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, explicou que esse era um dos objetivos da proposta de reforçar a rubrica de Suporte técnico aos Comitês de implementação da Política Nacional de Conservação de Energia. A Sra. Samira Sana, do MME, esclareceu que, após a aprovação do PAR, não se podem contratar novos projetos, mas, no âmbito da rubrica, poder-se-ia definir contratações de acordo com a demanda, caso da deliberação tirada de pauta e transferida para a próxima reunião.
- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, explicou que, como o detalhamento seria feito posteriormente, poderiam aprovar a deliberação da distribuição dos recursos excedentes, e nas próximas reuniões se discutiria mais detalhadamente sobre os pontos anteriores que haviam deixado dúvidas, já contando com as manifestações jurídicas. Submeteu à deliberação dos presentes a distribuição proposta para os recursos excedentes e a sugestão do Er. Eduardo Soriano, de solicitar avaliação do Procel para incluir dentro dos editais a contrapartida de prestação de serviços de apoio aos Comitês pelos laboratórios, conforme necessidade de suporte técnico. Não havendo manifestações contrárias, as propostas foram aprovadas.

h) Deliberação sobre calendário de reuniões do CGEE para 2025 e Informes:

- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, apresentou as datas propostas e sugeriu aumentar o número de reuniões. A Sra. Juliana Tadeu, do Procel/ENBPar, sugeriu realizar reuniões presenciais, para maior produtividade. O Sr. George Soares, do Procel/ENBPar, sugeriu que fosse reservado um tempo de reunião maior para cada encontro. O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, opinou que era complicado reservar um longo tempo de reunião, por causa das agendas dos representantes. Reiterou a importância do envio do material com antecedência à reunião, bem como que os membros se deiciassem à análise dos materiais e das pautas previamente.
- A Sra. Samira Sana, do MME, submeteu o calendário proposto à aprovação dos presentes. Não havendo manifestações contrárias, a agenda foi aprovada.
- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, informou sobre a recomposição do CGEE, tendo em vista o fim próximo dos mandatos, e a necessidade de indicação de novos representantes. Relatou sobre a desmobilização dos laboratórios de eficiência energética do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel, e informou que o MME havia solicitado à ENBPar uma avaliação de alternativas e possibilidades de reaproveitamento dos equipamentos daqueles laboratórios.
- O Sr. Paulo Luciano de Carvalho, da ANEEL, questionou se poderia ser indicado como suplente no próximo mandato, haja vista estar encerrando o segundo mandato como representante titular. A Sra. Samira Sana, do MME explicou que, a princípio, sim, como ocorreu no caso do Victor Iocca, representante da Abrace. O Sr. Paulo Luciano de Carvalho, da Aneel, informou que a Sra. Carmen Sanches seria indicada como representante titular pela Aneel, e ele, como suplente, no próximo mandato.
- O Sr. Leandro Pereira de Andrade, do MME, agradeceu a participação e contribuição de todos e encerrou a reunião.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamentos	Responsável	Data Limite
Solicitação ao Procel para que envie esclarecimentos aos membros do CGEE sobre o projeto "Concurso de Inovação para Soluções em Eficiência Energética - Fase II - SENAI RJ", que será discutido como pauta em reunião posterior	Procel/ENBPar	
Envio de resumo sobre cada PAR do Procel e suas movimentações financeiras, para cada membro do Comitê	Procel/ENBPar	

Encaminhamentos	Responsável	Data Limite
Formalização de solicitação à Secretaria Executiva do Procel quanto ao aprimoramento da transparência de disponibilização de movimentações financeiras do PROCEL	Procel/ENBPar	28/03/2025
Emissão de parecer jurídico sobre: - a deliberação de "Tipos de serviços que podem ser contratados com recursos da rubrica de apoio técnico aos Comitês(CGIEE, CGEE, GCCE)"; - a deliberação de realizar conjuntamente as Chamadas Públicas Procel Reluz do 4º e 5º PAR; e - o segundo e o terceiro itens da "Deliberação sobre possibilidades de aplicação dos recursos da rubrica de cooperação internacional"	Procel/ENBPar	
Solicitação de avaliação pelo Procel sobre a possibilidade de que laboratórios selecionados no âmbito dos projetos de capacitação laboratorial a serem implementados pelo Programa possam apoiar atividades do CGIEE, por meio de apoio à elaboração de normas técnicas, avaliação de sugestões e emissão de pareceres	Procel/ENBPar	

FECHAMENTO DA ATA

Data da Ata	Relator
20/03/2025	Bruna Vitória Gomes



Documento assinado eletronicamente por **Samira Sana Fernandes de Sousa Carmo**, **Coordenador(a)-Geral de Eficiência Energética**, em 05/06/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1030997** e o código CRC **0EA80F93**.

34ª Reunião do Comitê Gestor de Eficiência Energética

19/03/2025

Composição CGEE

#	Instituição	Cargo	Nome
1	Ministério de Minas e Energia - MME	Presidente	Thiago Vasconcellos Barral Ferreira
		Suplente	Leandro Pereira de Andrade
		Titular	Samira Sana Fernandes de Sousa Carmo
		Suplente	Alexandra Albuquerque Maciel
2	Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional - ENBPar	Titular	Juliana Godoy Alves Tadeu
		Suplente	George Alves Soares
3	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	Titular	Rafael Silva Menezes
		Suplente	Eduardo Soriano Lousada
4	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL	Titular	Paulo Luciano de Carvalho
		Suplente	Carmen Silvia Sanches
5	Confederação Nacional da Indústria - CNI	Titular	Davi Bomtempo
		Suplente	Juliana Borges de Lima Falcão
6	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE	Titular	Lucas Malheiros
		Suplente	Lindemberg Reis
7	Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - ABRACE	Titular	Adrianno Farias Lorenzon
		Suplente	Victor Hugo Iocca

Cronograma



PAUTA

Horário	
10h00	Abertura da sala
10h10	Abertura da reunião - apresentações
10h15	1. Aprovação da ata da 33ª reunião CGEE
10h20	2. Apresentação do andamento da implementação dos projetos
10h40	3. Deliberação sobre solicitações à Secretaria Executiva do Procel
10h50	4. Deliberações sobre projetos específicos;
11h10	5. Deliberação sobre quais as possibilidades de aplicação dos recursos da rubrica de apoio técnico aos Comitês (CGIEE, CGEE, GCCE);
11h25	6. Deliberação sobre quais as possibilidades de aplicação dos recursos da rubrica de cooperação internacional;
11h40	7. Deliberação sobre proposta de distribuição dos recursos excedentes recolhidos para o 5º PAR Procel;
12h10	8. Deliberação sobre calendário de reuniões do CGEE para 2025
12h20	9. Informes e encerramento



Para uma boa dinâmica da reunião, solicita-se que:

- As instituições sejam representadas pelo(s) representante(s) titular e/ou suplente durante todo o período agendado para a reunião
 - As apresentações e os debates atendam ao tempo previsto na agenda, a fim de não ocasionar atrasos e permitir a cobertura de todos os pontos de pauta
 - As dúvidas e comentários sejam feitas ao final das apresentações
- 



1. Aprovação da ata da 33ª reunião CGEE

2. Apresentação sobre o andamento dos projetos



3. Solicitações à Secretaria Executiva do Procel:

- Levantamento da situação dos projetos ainda não contratados de PAR anteriores e do PAR vigente e previsão de cronograma de implementação, justificando os critérios adotados para priorização, para avaliação pelo CGEE
 - Elaboração de proposta de sistemática de monitoramento dos projetos para o CGEE e proposta de forma de ampla divulgação permanente do andamento dos projetos para o público geral
- 



4. Deliberações sobre projetos específicos:

- **Realizar conjuntamente a 4ª e a 5ª Chamadas Públicas Procel Reluz:**

- a 4ª Chamada Pública do Procel Reluz, aprovada no âmbito do 4º PAR Procel, tem orçamento definido de R\$ 100 milhões, e já está incluída no PAC.
- Por causa do processo de transferência do Procel da Eletrobras para a ENBPar, a implementação desta Chamada Pública foi adiada para 2025, pois, além de toda a adaptação necessária da equipe do Procel na ENBPar, também se entendeu que a realização do certame após o período das eleições municipais poderia atrair maior número de municípios.
- Considerando a aprovação da 5ª Chamada Pública no âmbito do 5º PAR Procel, entende-se que a sua implementação em conjunto com a 4ª Chamada trará benefícios:
 - para a operação do programa, uma vez que reduz os custos de transação de aprovação interna de uma chamada pública desta monta;
 - para os municípios, os quais poderão ser atendidos em maior número;
 - Para os agentes de mercado, que poderão se beneficiar de um grande volume de projetos sendo implementados ao mesmo tempo para ganhar escala de mercado.

- **Solicitar a apresentação do edital da Chamada Pública Procel Reluz para o CGEE na próxima reunião**
 - **Agendada reunião específica dia 28/03, às 16h**
- 

4. Deliberações sobre projetos específicos:

- **Alterar as atividades planejadas e metas do Projeto “Apoio à implementação da metodologia ZUPT”:** passando de 20 escolas para 160 escolas em 2 anos, incluir a inserção de publicação sobre dicas de economia e geração de energia para as escolas, tirar a obrigatoriedade dos cursos serem presenciais e ter a seguinte distribuição de kits: 2 kits para cada uma das 20 concessionárias (sendo, 1 kit do ensino infantil e 1 kit do ensino fundamental no total de 40 kits), 2 kits para cada secretaria de educação, no total de 40 kits (sendo, 1 kit do ensino infantil e 1 kit do ensino fundamental); 80 kits serão distribuídos entre as 160 escolas, por critério das secretarias municipais.
- As alterações visam o fortalecer o funcionamento das atividades pedagógicas na plataforma web do ZUPT nas escolas, aumentando o número de escolas e criando uma publicação sobre geração energia e dicas de economia. O treinamento das concessionárias foi flexibilizado permitindo utilização de ferramentas virtuais para abranger as equipes das concessionárias em diferentes localidades. Desse modo estão previstas atividades de maneira síncrona e não síncrona. As concessionárias receberão informações sobre a metodologia ZUPT, assim como as secretarias municipais de educação que recebem uma sensibilização e também o kit físico. Seguem as modificações nas atividades planejadas e metas:

	DE	PARA
ATIVIDADES PLANEJADAS MODIFICADAS	Início do curso (presencial) com palestra sobre um tema de interesse (energia e meio ambiente, eficiência energética como prática de educativa, etc...), entrega do kit ZUPT e entrega de um kit geração de energia elétrica para alunos.	Início do curso online com palestra sobre um tema de interesse (energia e meio ambiente, eficiência energética como prática de educativa, etc...), para os colaboradores das concessionárias, e entrega de uma publicação sobre a geração de energia elétrica.
METAS FÍSICAS DO INSTRUMENTO JURÍDICO MODIFICADAS	Entrega 1 kit educação infantil e 1 kit educação fundamental por escola, podendo ser até 10 escolas por atividade, totalizando até 20 kits por curso;	Distribuição de 100 Kits ZUPT ao ano, totalizando 200 Kits ZUPT; Entrega de 2000 exemplares da publicação sobre a geração de energia elétrica ao ano, totalizando 4000 exemplares; Capacitação até 160 escolas de educação infantil e/ou ensino fundamental anos iniciais e até 20 concessionárias;



4. Deliberações sobre projetos específicos:

- Realocação de projetos nos subprogramas do Procel:

Nome do Projeto	Área Original do 5º PAR	Sugestão de Área
Projeto: LENHI – Laboratório de Eficiência Energética e Hidráulica na Irrigação.	Indústria	Estruturante
Projeto: Rede de Aprendizagem em Eficiência Energética e Geração Distribuída para Municípios.	Estruturante	GEM
Projeto: Livro Procel 40 anos e A memória no acervo Procel.	Estruturante	Marketing
Projeto: Expansão e atualização do EXCEN: novas tecnologias e metodologias de geração distribuída, cogeração e eficiência energética aplicada às necessidades de promoção da transição energética, da descarbonização e da neointustrialização da indústria nacional.	Estruturante	Indústria
Projeto: Estruturação à participação brasileira no EBC-TCP como apoio à formulação de políticas públicas e normas para conservação de energia em edificações alinhados às melhores práticas internacionais	Estruturante	Edifica
Projeto: Energia Eficiente: Iluminando o Futuro	Estruturante	Marketing





5. Deliberação sobre tipos de serviços que podem ser contratados com recursos da rubrica de apoio técnico aos Comitês (CGIEE, CGEE, GCCE):

- Apoio técnico à elaboração das análises de impacto regulatório a serem desenvolvidas de acordo com a Agenda Regulatória do CGIEE;
 - Apoio técnico à elaboração de normas técnicas relacionadas a máquinas, equipamentos e serviços relacionados à temática da eficiência energética;
 - Elaboração de estudos que subsidiem e aprimorem os trabalhos dos comitês, para a elaboração de novas políticas públicas;
 - Apoio aos Comitês de implementação da Política Nacional de Conservação de Energia
- 



6. Deliberação sobre possibilidades de aplicação dos recursos da rubrica de cooperação internacional;

- Pagamento da taxa anual de participação do Brasil no EBC-TCP - cerca de 15 mil libras (~R\$ 112 mil)
 - Pagamento de contribuição voluntária do Brasil ao Energy Efficiency Hub – sugestão de contribuição anual por país – 80 mil euros (~R\$ 502 mil)
 - Custeio de passagens e diárias de representantes do Governo Federal nas reuniões dos organismos internacionais de que o Brasil faça parte, relacionados à Eficiência Energética (IEA, EE Hub, EBC-TCP) – 5 reuniões previstas para 2025 (~R\$ 150 mil)
 - Contrapartida para a celebração de acordos de cooperação com instituições internacionais
- 

7. Deliberação sobre proposta de redistribuição dos recursos excedentes recolhidos para o 5º PAR Procel;

Rubricas	RECURSOS PREVISTOS (R\$)	RECURSOS AJUSTADOS (R\$)
Propostas de Projetos ⁽¹⁾	350.079.380,00	368.210.335,45
Patrocínio ou Promoção de Eventos	1.000.000,00	3.000.000,00
Publicidade	20.000.000,00	20.000.000,00
Serviço de Tecnologia da Informação para promoção de soluções e desenvolvimento de sistemas para o Procel ⁽²⁾	2.500.000,00	2.500.000,00
Cooperação Internacional / Treinamento e Capacitação da Equipe do Procel	1.000.000,00	1.000.000,00
Suporte técnico aos Comitês de implementação da Política Nacional de Conservação de Energia	3.000.000,00	7.000.000,00
Auditoria Externa Contábil-Financeira	300.000,00	300.000,00
Custeio de pessoal referente à Transição do programa (junho/2022 a junho/2023) ⁽³⁾	4.214.627,00	4.214.627,00
Custeio de pessoal referente aos Período Inter PAR parcial (junho de 2023 até a entrada em vigência do 5º PAR) ⁽⁴⁾	11.852.614,75	11.852.614,75
Custeio de pessoal da gestão de todo programa durante a vigência do 5º PAR ⁽⁵⁾	23.759.315,95	23.759.315,95
Apoio aos consumidores e sistema elétrico do Estado do Rio Grande do Sul afetados pelos eventos climáticos extremos ⁽⁸⁾	20.000.000,00	20.000.000,00
Secretaria Executiva ⁽⁶⁾	4.000.000,00	4.000.000,00
TOTAL	441.705.937,70	465.836.893,15
Taxa de Administração da Conta Procel	1% do valor total comprometido(7) ou desembolsado no exercício do PAR	1% do valor total comprometido(7) ou desembolsado no exercício do PAR
Orçamento TOTAL estimado	446.112.997,08	470.495.262,08

- **Deliberação sobre proposta de distribuição dos recursos excedentes recolhidos para o 5º PAR Procel:**

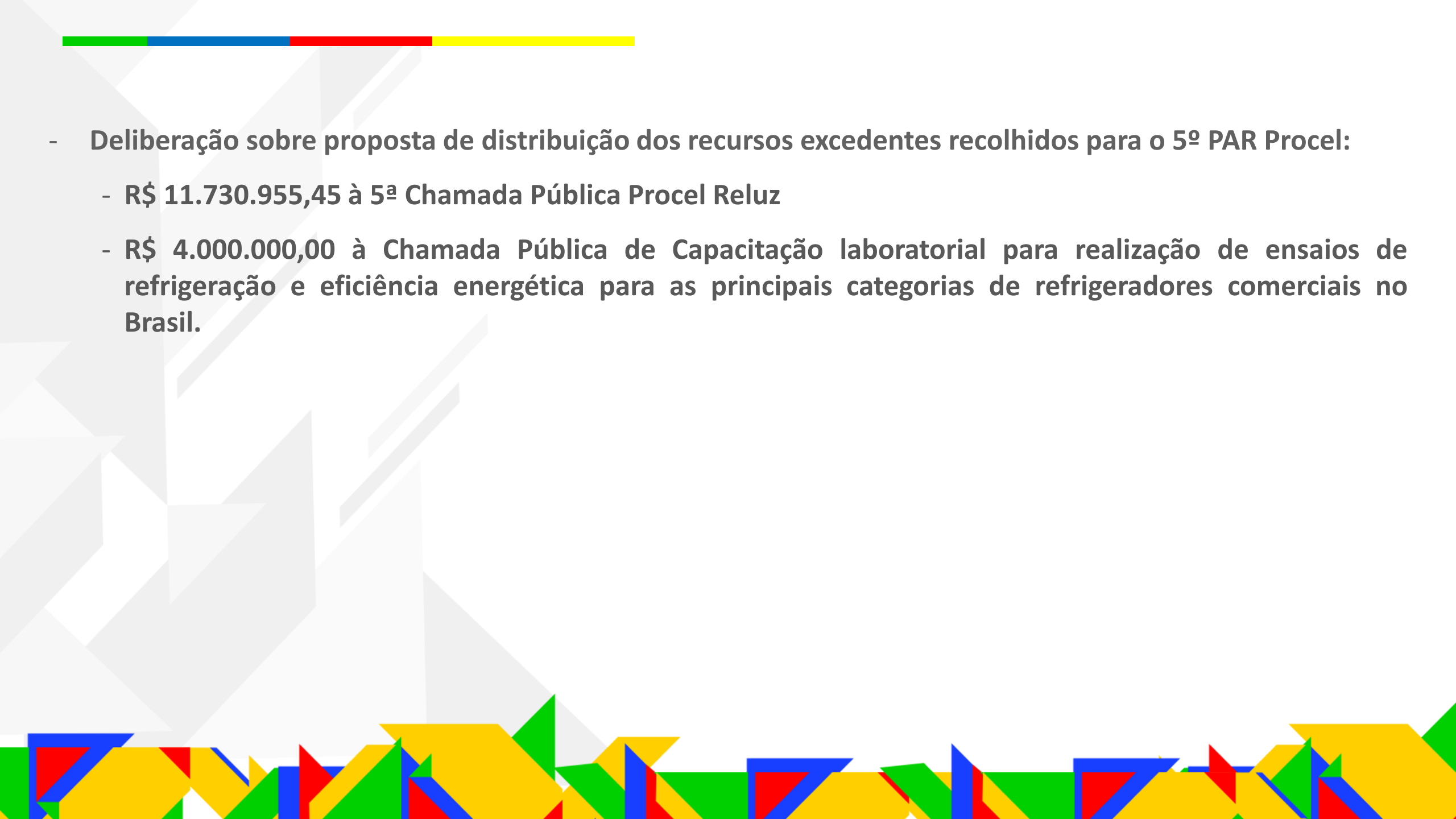
- Acréscimo de R\$ 2 milhões à rubrica de Patrocínio e promoção de eventos: tendo em vista a realização da COP 30 da UNFCCC no Brasil, estima-se que haverá uma maior demanda por participação do Procel em eventos neste ano, bem como pode haver a possibilidade de se ter estruturas relacionadas à eficiência energética no âmbito da própria COP que demandarão investimentos do Procel;
 - Acréscimo de R\$ 4 milhões à rubrica de Suporte técnico aos Comitês de implementação da Política Nacional de Conservação de Energia: conforme identificação dos tipos de serviços previstos para contratação na rubrica de Suporte técnico aos Comitês, e considerando a ambição Agenda Regulatória aprovada pelo CGIEE e as atividades previstas para os comitês de governança do Procel, entende-se que seria importante incrementar o orçamento desta rubrica.
- 

- 
- **Deliberação sobre proposta de distribuição dos recursos excedentes recolhidos para o 5º PAR Procel:**
 - Acréscimo de R\$ 18.130.955,45 aos seguintes projetos:

Projeto	Orçamento 5º PAR	Acréscimo Proposto	Orçamento Ajustado
Edifica: ProjetEEE	600.000,00	2.400.000,00	3.000.000,00
Reluz: 5ª Chamada Pública Procel Reluz	40.000.000,00	11.730.955,45	51.730.955,45
Selo: CP Capacitação laboratorial para Refrigeradores Comerciais	4.000.000,00	4.000.000,00	8.000.000,00
TOTAL		18.130.955,45	



- 
- Deliberação sobre proposta de distribuição dos recursos excedentes recolhidos para o 5º PAR Procel:
 - R\$ 2.400.000,00 ao Projeto *Aprimoramento e disseminação da Plataforma “Projetando Edificações Energeticamente Eficiente – ProjetEEE”*:
 - Durante a consulta pública realizada pela ANEEL para recebimento de contribuições a respeito da proposta do 5º PAR, foi sugerido o aumento dos recursos para este projeto, bem como o aumento do seu tempo de execução, a fim de permitir o desenvolvimento de novas ferramentas de análise de clima e fases iniciais de projeto. Sugeriu-se que seria importante e necessário aprofundar o conteúdo e a interação do usuário com diferentes abordagens e análise de estratégias para que a ferramenta amplie seu potencial de ser uma ferramenta de ensino e auxílio às fases iniciais de projeto. Na ocasião da análise das contribuições, o CGEE entendeu pertinente a extensão do prazo e a inclusão da atividade de inserção das ferramentas de análise de clima, mas entendeu que a deliberação sobre o aumento dos recursos deveria ocorrer em momento posterior, quando o comitê já dispusesse da informação definitiva dos recursos disponíveis para o 5º PAR. Dessa forma, sugere-se que o orçamento seja então ajustado ao valor que foi proposto, tendo em vista que o desenvolvimento de novas funcionalidades para a plataforma certamente encarecerá a sua modernização. O projeto também se torna relevante pelo fato de que a inserção de funcionalidades que permitam a intercomunicação com as outras ferramentas que fazem parte do escopo do SiCarb também contribui para a viabilização do próprio sistema.
- 

- 
- 
- 
- Deliberação sobre proposta de distribuição dos recursos excedentes recolhidos para o 5º PAR Procel:
 - R\$ 11.730.955,45 à 5ª Chamada Pública Procel Reluz
 - R\$ 4.000.000,00 à Chamada Pública de Capacitação laboratorial para realização de ensaios de refrigeração e eficiência energética para as principais categorias de refrigeradores comerciais no Brasil.

- **Deliberação sobre proposta de distribuição dos recursos excedentes recolhidos para o 5º PAR Procel:**

- A proposta de distribuição do restante dos recursos, propõe-se que sejam privilegiadas chamadas públicas, pelo fato de serem processos seletivos, ou seja, não se estaria privilegiando um ente determinado, mas abrindo a oportunidade para que vários interessados participem.
- No caso da Chamada Pública do Procel Reluz, tendo em vista que é um dos programas de maior capilaridade e impacto do Procel, sugere-se direcionar a maior parte dos recursos excedentes à este projeto. Com o acréscimo do montante proposto, estima-se que se possa atender mais 10 municípios, chegando, no total da chamada pública conjunta à possibilidade de atendimento de cerca de 150 municípios, tornando-se a maior chamada pública da história recente do Procel Reluz;
- Com relação à Chamada Pública de Capacitação laboratorial para realização de ensaios de refrigeração e eficiência energética para as principais categorias de refrigeradores comerciais no Brasil, entendesse que a infraestrutura da qualidade relacionada à eficiência energética no Brasil está passando por um momento delicado com a desmobilização do Cepel, ao mesmo tempo em que se tem como estratégia expandir as políticas públicas relacionadas à eficiência que dependem da infraestrutura laboratorial, como os índices mínimos de eficiência energética, o Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE e o próprio Selo Procel. No caso dos refrigeradores comerciais, espera-se que, com o acréscimo proposto, a chamada pública possa viabilizar a modernização de cerca de 4 laboratórios.



- 
- 
- 
- **Deliberação sobre calendário de reuniões do CGEE para 2025**
 - 19/03/2025;
 - 18/06/2025;
 - 17/09/2025;
 - 26/11/2025
 - **Informes:**
 - **Recomposição do CGEE: fim dos mandatos em 29/03/2025; MME enviará ofício-circular solicitando a indicação dos novos representantes (mandatos de dois anos, permitida uma recondução).**

Obrigado!

Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel

Coordenação-Geral de Eficiência Energética
Departamento de Informações, Estudos e Eficiência Energética
Ministério de Minas e Energia